



Nº 600 - Designar EDGAR DE AGUIAR VIEIRA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe A, padrão 1, para exercer a Função de Confiança de Chefe do Setor de Atribuição e Distribuição, FC-1, da Procuradoria da República no Município de São Gonçalo/RJ.

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 393, de 11 de setembro de 1997, resolve:

Nº 601 - Designar BIANCA DE MATOS AUMÜLLER BARROSO, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe A, padrão 1, para exercer a Função de Confiança de Subcoordenador Jurídico, FC-2, da Procuradoria da República no Município de São Gonçalo/RJ.

FÁBIO DE LUCCA SEGHESE

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA-GERAL

### PORTARIA Nº 475, DE 16 DE OUTUBRO DE 2007

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 91, XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nomear LORENA DE MELLO REZENDE COLNAGO, bacharel em Direito, para exercer cargo em comissão, código CC-1, na Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, em vaga criada pela Lei nº 8.465/1992, transformada pela Lei nº 10.771/2003 e pela Portaria PGR nº 118/2005 e Portaria PGT nº 358/2007.

OTAVIO BRITO LOPES

## DIRETORIA-GERAL

### PORTARIAS DE 15 DE OUTUBRO DE 2007

O Diretor-Geral do Ministério Público do Trabalho, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 262, de 11 de julho de 2007, resolve:

Nº 448-Dispensar, a pedido, o servidor JOSÉ SMANIOTTO JÚNIOR, matrícula 6002632-4, ocupante do Analista Processual, do cargo em comissão de Assessor, código CC-3, na Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região/Campinas-SP.

O Diretor-Geral do Ministério Público do Trabalho, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 262, de 11 de julho de 2007, resolve:

Nº 449-Designar o servidor FABRÍCIO FERNANDO DIOGO BRAGA, matrícula 6003224-3, ocupante do cargo de Analista Processual, para o cargo em comissão de Assessor, código CC-3, na Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região/Campinas-SP, em vaga criada pela Lei nº 8.465/1992, dispensando-o da Função de Confiança, código FC-2, que atualmente ocupa.

O Diretor-Geral do Ministério Público do Trabalho, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 262, de 11 de julho de 2007, resolve:

Nº 450-Designar o servidor RODRIGO CESTARI MEDEIROS, matrícula 6002451-8, ocupante do cargo de Técnico de Informática, para o cargo em comissão de Assessor, código CC-3, na Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região/Campinas-SP, em vaga criada pela Lei nº 8.671/1993, dispensando-o da Função de Confiança, código FC-2, que atualmente ocupa.

O Diretor-Geral do Ministério Público do Trabalho, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 262, de 11 de julho de 2007, resolve:

Nº 452-Designar o servidor FERNAND CARLO DE SOUSA NERIS, matrícula 6002112-8, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, para o encargo de substituto eventual do Chefe da Divisão de Avaliação e Controle, código CC-3, do Departamento de Orçamento e Finanças da Procuradoria Geral do Trabalho.

PAULO MACHADO

## Poder Legislativo

## SENADO FEDERAL DIRETORIA-GERAL

### ATOS DE 16 DE OUTUBRO DE 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta no Acórdão nº 2380/2007-TCU - 2ª Câmara, constante no Processo nº 16707/07-9, resolve, nos termos do artigo 25 da Lei nº 8.112, de 1990, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, c/c o Decreto nº 3.644, de 2000, e com o Ato da Comissão Diretora nº 03, de 2002, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal:

Nº 4.912 - Conceder a ANTÔNIO MESSIAS DA CUNHA reversão ao serviço ativo, no cargo de Técnico Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade de Artesanato, Nível II, Padrão 30.

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta no Acórdão nº 2380/2007-TCU - 2ª Câmara, constante no Processo nº 16707/07-9, resolve, nos termos do artigo 25 da Lei nº 8.112, de 1990, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, c/c o Decreto nº 3.644, de 2000, e com o Ato da Comissão Diretora nº 03, de 2002, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal:

Nº 4.922 - Conceder a LORENTINA CAIXETA ROSA reversão ao serviço ativo, no cargo de Técnico Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade de Artesanato, Nível II, Padrão 30.

AGACIEL DA SILVA MAIA

## Poder Judiciário

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### PORTARIA Nº 477, DE 16 DE OUTUBRO DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 138 do Regimento Interno da Secretaria e considerado o que consta do Procedimento Administrativo nº 13.504, de 2007, resolve:

CONCEDER aposentadoria, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 6 de julho de 2005, combinado com o artigo 186, III, alínea "a", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observados o artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2003 e o artigo 3º, item III, artigos 11, 12, 13, § 1º, itens I a VI, artigos 28 e 30, itens I a VI da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2006, à servidora MARIA CLARA MICAS RIBEIRO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe C, Padrão 15, do Quadro da Secretaria deste Tribunal.

Min. MARCO AURÉLIO

### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 286, DE 15 DE OUTUBRO DE 2007

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando a atribuição que lhe confere o art. 21, XXV, do Regimento Interno e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 489/1994, resolve:

ALTERAR o Ato nº 186, de 17 de outubro de 1994, publicado no Diário da Justiça de 19 subsequente, modificado pela Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2007, para considerar aposentado, a partir de 2 de janeiro de 2003, o servidor Luiz Alberto da Silva Medeiros, matrícula S002857, com fundamento no art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, combinado com os arts. 186, I, § 1º, e 190 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Min. BARROS MONTEIRO

#### PORTARIA Nº 287, DE 16 DE OUTUBRO DE 2007

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando a atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o art. 9º, II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Promover, por indicação do Senhor Ministro Napoleão Maia Filho, a seguinte alteração em seu Gabinete:

Nomear FERNANDO BARBELLI FEITOSA para o cargo em comissão de Assessor de Ministro, código CJ-3, em vaga decorrente da exoneração de Luciana Laura Carvalho Costa.

Min. BARROS MONTEIRO

### TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

#### ATO Nº 538, DE 16 DE OUTUBRO DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Nomear a servidora ALESSANDRA DE CARVALHO NEDER, Técnico Judiciário, Área Administrativa, requisitada do TRT da 23ª Região, para exercer o cargo em comissão de Assessor do Ex.º Sr. Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, Nível CJ-3, criado pela Lei nº 11.493/2007.

Min. RIDER NOGUEIRA DE BRITO

## SECRETARIA

### ATOS DE 15 DE OUTUBRO DE 2007

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições regulamentares, considerando o constante do memorando nº 226, de 8/10/2007, do Gabinete da Ex.º Sr. Ministro Renato de Lacerda Paiva, do memorando nº 168, de 8/10/2007, do Gabinete da Ex.ª Sr. Juíza Convocada Kátia Magalhães Arruda, e a delegação de competência prevista no inciso III do art. 1º do ATO.TST.GP.Nº 220, de 28 de junho de 2007, resolve:

Nº 394 - 1 - Dispensar, a servidora MARIA SÍLVIA LACERDA, código 10642, Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Assistente 2, Nível FC-2, da Tabela de Funções Comissionadas do Gabinete do Ex.º Sr. Ministro Renato de Lacerda Paiva.

2 - Designar a servidora MARIA SÍLVIA LACERDA, código 10642, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente 2, Nível FC-2, da Tabela de Funções Comissionadas do Gabinete da Ex.ª Sra. Juíza Convocada Kátia Magalhães Arruda, em vaga decorrente da dispensa da servidora Ana Maria Ribeiro Ferreira da Silva.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições regulamentares, considerando o constante do memorando nº 176, de 11/10/2007, do Gabinete da Ex.ª Sr. Juíza Convocada Kátia Magalhães Arruda, e a delegação de competência prevista no inciso III, do art. 1º, do ATO.TST.GP.Nº 220, de 28 de junho de 2007, resolve:

Nº 395 - 1- Dispensar, a pedido, a servidora NORA NEY FERNANDES ROSA SANTANA, código 17803, Agente Administrativo, requisitada do Ministério da Fazenda, da função comissionada de Assistente 2, Nível FC-2, da Tabela de Funções Comissionadas do Gabinete da Ex.ª Sr. Juíza Convocada Kátia Magalhães Arruda.

2- Designar a servidora NORA NEY FERNANDES ROSA SANTANA, código 17803, Agente Administrativo, requisitada do Ministério da Fazenda, para exercer a função comissionada de Assistente 4, Nível FC-4, da Tabela de Funções Comissionadas do Gabinete da Ex.ª Sr. Juíza Convocada Kátia Magalhães Arruda.

ALEXANDRE DE JESUS COELHO MACHADO

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO

### ATO Nº 816, DE 16 DE OUTUBRO DE 2007

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do P.A. 8.539/2007-TRF, resolve:

Nomear o Bacharel em Direito ERASMO FEITOSA DO NASCIMENTO, Analista Judiciário, Área Judiciária, Nível Superior, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, para exercer o cargo em comissão, Código CJ-3, de Diretor de Secretaria da 9ª Vara daquela Seccional, em decorrência da exoneração de Gustavo Prado Neto.

DES. FED. ASSUSETE MAGALHÃES

#### PORTARIA Nº 234, DE 16 DE OUTUBRO DE 2007

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do P.A. 8.106/2007 - TRF, resolve:

REVOGAR, a cessão para a Subseção Judiciária de Juiz de Fora do servidor CARLO FREDERICO DE SOUZA FERRARA MARCOLINO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe "C", Padrão 15, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, autorizada pela Portaria/PRESI 630-716, de 14/11/2003, publicada no Diário de Justiça, Seção II, de 25/11/2003.

DES. FED. ASSUSETE MAGALHÃES

## RETIFICAÇÕES

Na PORTARIA/PRESI 630-209, DE 11/09/2007, publicado no Diário Oficial da União de 17/09/2007, Seção II, página 38, onde se lê: "...Analista Judiciário, Área Administrativa, Nível Superior, Classe "C", Padrão 15..." leia-se: "...Analista Judiciário, Área Judiciária, Nível Superior, Classe "C", Padrão 15..."

Na PORTARIA/PRESI 630- 231 DE 05/10/2007, publicada no Diário Oficial da União de 08/10/2007, onde se lê: "... do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Juiz de Fora..." leia-se: "...do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais ..."

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

### PORTARIA Nº 581, DE 15 DE OUTUBRO DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso das atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Designar o servidor ARISTON DA SILVA OLIVEIRA, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal de Justiça do Amapá, cedido em cessão aprovada na 453ª Sessão Ordinária daquela Corte, no dia 26.09.2007, para auxiliar a Comissão Permanente de Licitação deste Tribunal, nos procedimentos relativos à licitação para contratação de prestação de serviços de telefonia fixa e móvel.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Des. CARMO ANTÔNIO DE SOUZA